



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018-2022)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Delfim Neves

Vice-Presidente: Ex.^{mo} Levy Nazaré

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 15 minutos.

Foi aprovado, na generalidade, especialidade e em votação final global, o projecto de resolução n.º 32/XI/3.ª/2020 – Assentimento para que o Presidente da República autorize a entrada e permanência, no Porto de São Tomé, do Navio da Marinha Francesa PHM «CDT Bouan», no período de 22 a 26 de

Fevereiro de 2020. Usaram da palavra os Srs. Deputados Jorge Bondoso (ADI), Levy Nazaré (ADI), Danilo dos Santos (MLSTP/PSD), Domingos Boa Morte (ADI), Abnildo d'Oliveira (ADI), Américo Pinto (MLSTP/PSD) e Amaro Couto (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 11 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 15 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento **d'Oliveira**

Celmira de Almeida **Sacramento**

Carlos Manuel Cassandra **Correia**

Domingos José da Trindade **Boa Morte**

Ekneide Lima dos **Santos**

Idalécio Augusto **Quaresma**

Levy Nazaré

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Amaro Pereira de **Couto**

Américo Cravid Pereira **Pinto**

Danilo Neves dos **Santos**

Coligação PCD/MDFM-UDD:

Danilson Alcântara Fernandes **Cotú**

Delfim Santiago das **Neves**

O Sr. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. Secretário (Arlindo Barbosa):— Srs. Deputados, a primeira informação, se houver intervenções da parte dos Srs. Deputados, agradecíamos que usassem os microfones, por causa dos registos e da gravação.

A ordem do dia foi distribuída desde o dia 17, trata-se do Ofício n.º 102, que solicita o assentimento para que o Presidente da República autorize a entrada e permanência, no Porto de São Tomé, do navio da Marinha Francesa PHM, no período de 22 a 26 de Fevereiro.

É apenas essa agenda, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, penso que estamos numa reunião plenária em miniatura, já abordamos a questão de indumentária. Julgo que o Sr. Deputado Jorge Bondoso não está em condições de participar numa reunião plenária. Pedimos para analisar essa questão, e gostaria de ouvir comentários dos Srs. Deputados. Refiro-me a isso, tendo como base a chamada de atenção do Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré, feita na última reunião plenária. Ou estamos a tomar decisões e acertamos, ou não estamos. Não vale a pena estar a prometer que vamos ter outra postura nas nossas reuniões e, no fundo, alguém se comportar de forma diferente e não fazermos nada. Quando é assim, não vale a pena decidirmos. Esta questão foi introduzida em Plenário e todos concordaram na altura que nas reuniões plenárias e nos trabalhos da Assembleia Nacional agiríamos. Refiro-me ao uso de um traje mais condizente e formal, para não abandonar o Órgão.

Não se trata de uma decisão de Delfim Neves, mas uma decisão que o Plenário já ratificou. Pese embora não haver uma deliberação escrita numa resolução, a questão foi colocada em Plenário e todos concordamos. O Sr. Deputado Jorge Bondoso também esteve na reunião e concordou. Portanto, não pode ser o próprio a ter esta postura.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Bondoso.

O Sr. Jorge Bondoso (ADI):— Sr. Presidente, Caras e Caros Deputados, bom dia.

Sr. Presidente, como sabe, o Plenário está de férias, e esta manhã ligaram para mim, apanhou-me de surpresa, para substituir o meu colega do Príncipe. É claro que estou de férias e não preciso de estar a andar de camisa manga punha, casaco e gravata. Aliás, o Sr. Presidente sabe que nunca abandalhei o Plenário.

O Sr. Presidente: — Obrigado, Sr. Deputado.

Como sabe, coloquei a questão, para sabermos o que fazer daqui para o futuro. Para não ficar como se fosse alguém que propõe algo, decide-se, mas depois não há cumprimento e não se faz nada. Por isso, gostaria que se pronunciassem.

Não estou a dizer para sair da sala. Estou a dizer que as pessoas se pronunciem para tomarmos uma decisão daqui para frente.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI):— Sr. Presidente, como todos devem saber, é uma situação ingrata para mim tomar a palavra nesta situação, mas a minha coerência não me deixa outro caminho.

Alertei, na reunião plenária passada, sobre a questão do juramento e também nós, os Deputados, acabamos de ter uma acção de capacitação e de formação. Também foi dito pela senhora Consultora, repisou-se a questão da ética, a questão de postura e de tudo isto. Por isso, entendo o Deputado Jorge Bondoso, tem razão, porque estamos de férias e se foi contactado em última hora, normalmente ele fica aqui no Grupo Parlamentar e isso acontece. O Deputado Jorge vai entender que não podemos, é minha opinião, mesmo nessas situações de ter sido contactado em cima da hora, mudar aquilo que nós próprios decidimos. Isso não tem a ver com pessoas, não tem a ver com perseguição, não tem a ver com nada. É uma questão de nós, os Deputados, termos que assumir a nossa postura, enquanto Deputados. Mesmo sendo contactado em cima da hora, o Sr. Deputado deveria ter dito: olha, não estou em condições de vestuário para fazer parte da reunião, não tenho tempo de ir para casa mudar para fazer parte da reunião. Esta é a minha opinião.

Como a decisão a se tomar hoje não é polémica, na minha opinião, não haverá problemas de números de votos para se decidir. É para permitir que Sua Excelência o Presidente da República autorize uma força estrangeira a se posicionar ou estacionar nos nossos mares. Não é nada polémico que a sua ausência possa beliscar o grupo parlamentar ou a decisão deste. Por isso, é minha opinião, para facilitar os nossos trabalhos, que o próprio Deputado se consciencialize e diga que não está em condições, e se retire da sala. Devemos continuar a ser firmes nisso e, mais uma vez, para que todos os grupos parlamentares se posicionem quanto a isso, porque é uma questão também de imagem.

Passou aqui, salvo erro, a Técnica da Direção de Comunicação e Imagem, a tirar fotografias e tudo isso. Não é bom para nós.

É bom que todos entendamos isso!

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Levy Nazaré.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, acompanhei atentamente a explanação do Sr. Deputado Vice-Presidente, Levy Nazaré, quero colaborar com ela e dizer que muitas vezes nós, os Deputados, dizemos que não somos respeitados na praça pública. São pequenos detalhes que temos que contribuir, para melhorar a nossa imagem.

A imprensa esteve cá, a TVS, a tirar imagens, e não fica bem a Comissão Permanente da Assembleia Nacional estar reunida com uma indumentária um pouco mais baixa. Não estou a querer ser pejorativo.

É só nesse aspecto, é pela nossa imagem, porque poderia ser um Deputado do meu grupo parlamentar. É porque nós mesmos temos que pugnar para que nos respeitem, para que nos tratem de outra forma.

É esta a minha contribuição, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Danilo Santos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Boa Morte.

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI):— Sr. Presidente, acompanhei atentamente algumas intervenções dos Srs. Deputados. É preciso saber por que motivo o Sr. Deputado está cá. Decidimos que a questão de falta é fundamental para nós. A partir de agora, decidimos que cada um de nós vai seguir as pessoas em relação a faltas. Neste caso concreto, o Sr. Deputado está a substituir o Deputado da ilha do Príncipe. Que fique bem claro, é uma proposta, o Sr. Deputado poderá ausentar-se da sala, mas fica o compromisso de não se marcar falta ao Sr. Deputado da ilha do Príncipe, como membro da Comissão Permanente.

Quanto à questão de faltas, decidimos que nenhum dos nossos Deputados vai incorrer em falta. É a razão fundamental para preservar a ausência do nosso colega da ilha do Príncipe, porque sabemos o que será a consequência das faltas.

Tomamos consciência de que, a partir de agora, isso não voltará a acontecer. Então, lanço essa proposta à Mesa. Se o Sr. Deputado Carlos Correia não irá incorrer em falta, não haverá nenhuma objeção, o Sr. Deputado poderá ausentar-se da sala. Ele justificou as condições e estamos a ver. Ao ter falta ou vir agora, preferimos que ele viesse cá. Esta é a razão superior por que o nosso colega Jorge Bondoso está cá.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Domingos Boa Morte.

Penso que o Sr. Deputado Jorge Bondoso já assinou a lista de presença, em substituição do Deputado Carlos Correia. Portanto, a falta já está justificada.

Entretanto, o Sr. Deputado Jorge Bondoso (ADI) retirou-se da sala.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI):— Sr. Presidente, aproveito, já que estamos nesta senda, para levantar aqui mais uma questão que me tem incomodado aqui na nossa Casa Parlamentar. São decisões que tomamos, não se cumpre e muitas vezes não é por falta ou por negligência da Mesa. Decidiu-se aqui, no início da Legislatura, uma questão também de respeitabilidade, uma questão de honra das Sras. e Srs. Deputados, que ao entrarem na Casa Parlamentar fizessem-no pela porta principal, ou seja, pela porta de frente.

O que tem acontecido, várias vezes, ou melhor, todas as vezes que Sua Excelência o Presidente se ausenta do País, é que fecham a porta. Reclamei junto aos Serviços, mas continua a acontecer. Quando o Sr. Presidente viaja, fecham a porta principal, não abrem, temos que dar volta e entrar pela porta lateral.

A ausência do Presidente não pressupõe que os Serviços não estão a funcionar. Então, por favor, dê instruções aos Serviços Administrativos, que mesmo na sua ausência a porta principal tem que estar aberta, nas horas de funcionamento da Casa Parlamentar.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

É a primeira vez que tomo conhecimento disto e podem crer que de hoje em diante isso jamais acontecerá.

Temos também a questão dos telemóveis nas reuniões plenárias, também tomamos essa decisão, mas continua a haver atendimentos de chamadas nas reuniões plenárias, os telemóveis tocam, não se põe em silêncio, pelo menos no modo de voo, para evitar as perturbações. Tenho estado a fazer alguns esforços de contenção.

Já que iniciamos nesta senda, a partir de Abril, vamos ser mais rigorosos, quer na leitura do texto de juramento de posse, quer na indumentária, quer também na questão dos telemóveis.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI):— Sr. Presidente, como não consta na convocatória o ponto diversos, uma vez que entramos por aí, um ponto prévio, gostaria de sugerir que pudéssemos conceder pelo menos 5 minutos para diversos. Tenho um assunto para colocar à Mesa. Senão, posso avançar já.

O Sr. **Presidente**: — Estamos no ponto prévio.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI):— Então, no ponto prévio, Sr. Presidente, gostaria de dizer que foi distribuído o calendário da Assembleia Nacional que consta a cara das Sras. e dos Srs. Deputados, não sei por que razão o Líder Parlamentar do ADI não consta no calendário e o Deputado Américo Pinto está no calendário, mas como sendo Deputado do ADI. Portanto, é uma questão de imagem também a se corrigir ou a ser devolvido para nova impressão. O mais grave é que o Líder Parlamentar do ADI não consta no calendário.

O Sr. **Presidente**: — Se houve erros, donde partiu o erro? Se for dos Serviços, temos que apurar responsabilidades. Se for da gráfica, substituir todos os calendários. Portanto, vamos apurar as responsabilidades.

Tem a palavra o Sr. Deputado Américo Pinto.

O Sr. **Américo Pinto** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, Caras e Caros Deputados, bom dia.

Sr. Presidente, quando recebemos as convocatórias para virmos às reuniões da Comissão Permanente da Assembleia, normalmente não são anunciados os pontos da ordem do dia. Tomamos conhecimento cá no início da reunião, às vezes pode-se tratar de assuntos que nos deixam praticamente sem margem de manobra para fazermos alguns exercícios preliminares de investigação ou de reflexão, mas não é esse o caso. No entanto, gostaria de sugerir, se a Mesa achar que não constitui risco ou traga alguns constrangimentos, que se anunciasse os pontos prévios, de forma que viéssemos para aqui já preparados, psíquica e emocionalmente, sobre aquilo que vamos tratar.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Américo Pinto.

Tem a palavra o Sr. Secretário, para esclarecer.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa):— Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós, ao nível da Mesa, estamos a cada dia que passa a procurar corrigir o que está mal e melhorar sobretudo na vertente comunicação com os Deputados e as comissões. Esta reunião foi convocada desde o dia 17, para hoje, dia 19, com 48 horas de antecedência. Fizemos dois expedientes, um em suporte papel e outro em suporte informatizado. Todavia, comunicamos aos serviços dos três grupos parlamentares, para fluir esta informação da reunião de Comissão Permanente. Não deve haver Deputado sem informação, à exceção daqueles que vieram em substituição. Aos Deputados efectivos da Comissão Permanente, penso que, em 48 horas, conseguimos distribuir essas convocatórias. Todavia, se o Sr. Deputado não recebeu, reconhecemos os erros.

É mesmo assim, deve levantar essas questões, para permitir que a Mesa melhore os seus serviços.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro Couto.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, são duas questões sucessivas que foram levantadas, uma pelo Líder do Grupo Parlamentar do ADI e outra pelo Deputado do nosso Grupo Parlamentar, o Deputado Américo Pinto.

Sobre essa segunda questão, gostaria de dizer ao senhor que a convocatória foi enviada, mas não de maneira personalizada. Nós, efetivamente, recebemos a convocatória no Gabinete do Grupo Parlamentar. Talvez tivesse havido uma insuficiência da parte da nossa funcionalidade, quando contactou o Deputado Américo Pinto, ter-se esquecido de anunciar a ordem do dia, que consta efectivamente na convocatória.

Sobre o problema do calendário, tivemos reunido ao nível do Grupo Parlamentar e constatamos algumas insuficiências ou incorreções, que já reclamamos verbalmente junto ao Secretário-geral, para as suas correções. Vimos, por exemplo, que o calendário não permite dar visibilidade aos Líderes dos Grupos Parlamentares. Segundo, porque o calendário comete um erro grave, porque coloca o nosso Deputado Américo Pinto como pertencente ao grupo político ADI. São essencialmente esses dois aspectos que achamos muito grave.

O terceiro aspecto, há um grupo de seis Deputados, uma miscelânea dos grupos políticos, não se sabe por que é que esse grupo está focalizado. O problema é que esses calendários foram feitos sem que o nosso grupo parlamentar, ao menos, tivesse sido consultado.

Achamos que deve ser corrigido, já transmitimos isso ao Secretário-geral, por via verbal, ele anotou o assunto.

Devolvemos todos os calendários que nos enviaram para fins de correções prévias, porque não estão em condições de serem publicitados.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Boa Morte.

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI):— Sr. Presidente, há problemas sérios com a funcionalidade da convocatória. Por via da internet, o Sr. Presidente não sabe, mas vai tomar conhecimento agora, de que só os Deputados que residem em Água Grande têm a faculdade de Internet da Assembleia Nacional. Já discuti isso várias vezes no meu grupo parlamentar, já reclamei. Há 2 dias fui à UNITEL fazer uma reclamação, por coincidência encontrei também o Sr. Deputado Américo, alegando a mesma coisa. Nós que vivemos fora de Água Grande não temos acesso a Internet. Quer as ordens do dia das reuniões plenárias, quer as convocatórias, não temos acesso, absolutamente nada. Só quando nos deslocamos à cidade capital é que temos acesso a Internet, pelo que julgo ser uma matéria que a Mesa deve saber o porquê e corrigir, porque estamos mesmo, digamos, a leste de qualquer assunto da Assembleia.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI):— Sr. Presidente, sobre esta questão colocada pelo Sr. Deputado Domingos Boa Morte, tomei conhecimento através de um técnico informático, esta manhã, enquanto Líder Parlamentar, para contactar os outros Srs. Deputados, em certos casos, para devolver todos os equipamentos novos, para serem trocados pelos antigos, porque os routers novos não têm acesso fora do Distrito de Água Grande. Penso que deve ser esses aspectos técnicos e depois vou comunicar a todos os Deputados, no sentido proceder à troca do velho por um novo.

O Sr. **Presidente**: — Esta é uma questão que se tem que ver com os Serviços, tanto o Secretário-geral, como a Direção de Informática.

Tomamos boa nota de tudo quanto está a acontecer e vamos tentar resolver. Apenas uma questão que fica dúvida e temos que esclarecer.

Relativamente aos erros, temos que os corrigir. A questão de concepção dos calendários, das agendas, dos cartões de boas festas, de modo geral, brindes do Natal e Ano Novo, tem sido tradicional, ao longo de várias legislaturas, da competência dos serviços da Assembleia Nacional. Não tem sido prática, mas podemos adoptar agora que todos os calendários, agendas e cartões de boas festas, antes de se tomar qualquer decisão, em primeiro lugar, consultar os grupos parlamentares. Se assim for decidido, iremos agir em consequência, mas nunca aconteceu cá. Quem os concebe são os Serviços, para esclarecer a preocupação do Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, porque o Grupo não foi consultado para a concepção do calendário.

Não sei se há mais alguma questão para o ponto prévio.

Não havendo, vamos passar ao ponto da ordem do dia, temos apenas um ponto.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa):— Sr. Presidente, temos um ponto, assentimento para que o Presidente da República autorize a entrada e permanência, no Porto de São Tomé, no período de 22 a 26 de Fevereiro, do navio da Marinha Francesa, como já tinha referido, PHM.

Recebemos uma carta do Governo, no dia 30 de Janeiro, a solicitar esse pedido. Essa iniciativa é exercida nos termos dos artigos 136.^º e 137.^º do Regimento da Assembleia Nacional e cabe à Assembleia deliberar, através do Plenário. E porque estamos de férias, esta Comissão Permanente baseou-se na

produção dessa missão, nos termos do artigo 54.º, que é a competência da Comissão Permanente. Para isso, temos um projecto de resolução, não sei se posso avançar com a sua leitura, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Alguma apreciação prévia sobre a nota?

Não sendo o caso, passemos à leitura do projecto de resolução.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. Secretário (Arlindo Barbosa):— Sr. Presidente, «Projecto de resolução que dá assentimento para o Presidente da República autorizar a entrada e permanência, no Porto de São Tomé, do navio da Marinha Francesa, PHM.

Preâmbulo.

Havendo a necessidade de se autorizar, no quadro da missão Corymbe 150, a entrada do Navio da Marinha Francesa PHM, denominado *CDT Bouan*, nas águas territoriais de São Tomé e Príncipe, no período de 22 a 26 de Fevereiro de 2020;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º Assentimento.

É dado assentimento ao Presidente da República, nos termos da alínea n) do artigo 97.º da Constituição, para autorizar a entrada, nas águas sob a jurisdição nacional, do navio da Marinha Francesa PHM, denominado *CDT Bouan*, no Porto de São Tomé, no período de 22 a 26 de Fevereiro de 2020.

Artigo 2.º Entrada em vigor.

A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 19 de Fevereiro de 2020.»

O Sr. Presidente: — Depois da leitura, estamos a apreciar na generalidade. Alguma intervenção?

Não sendo o caso, vamos submeter à votação.

Submetido à votação, foi aprovado, por unanimidade.

Agora, vamos apreciar na especialidade, começando pelo preâmbulo.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. Secretário (Arlindo Barbosa):— Sr. Presidente: «Preâmbulo.

Havendo a necessidade de se autorizar, no quadro da missão Corymbe 150, a entrada do Navio da Marinha Francesa PHM denominado *CDT Bouan*, nas águas territoriais de São Tomé e Príncipe, no período de 22 a 26 de Fevereiro de 2020;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte»:

O Sr. Presidente: — Alguma intervenção, proposta de correção?

Não sendo o caso, vamos submeter à votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Passemos ao artigo 1.º.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. Secretário (Arlindo Barbosa):— Sr. Presidente: «Artigo 1.º Assentimento.

É dado assentimento ao Presidente da República, nos termos da alínea n) do artigo 97.º da Constituição, para autorizar a entrada, nas águas sob a jurisdição nacional, do navio da Marinha Francesa PHM, denominado *CDT Bouan*, no Porto de São Tomé, no período de 22 a 26 de Fevereiro de 2020.»

O Sr. Presidente: — Estamos a apreciar o artigo 1.º na especialidade. Proposta de emenda, aditamento, supressão? Não sendo o caso, vamos submeter o artigo à votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Passemos ao artigo 2.º. Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos submeter à votação final global o projecto de resolução.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Portanto, está concluído.

O Sr. Secretário (Arlindo Barbosa):— Mantém-se 11 votos ou podemos alterar?

O Sr. **Presidente**: — Mantém-se 11 votos, mas a falta está justificada. Portanto, não havendo mais matéria para esta reunião, damos por encerrada a reunião da Comissão Permanente.

Eram 11 horas e 10 minutos.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos

Cílio Soddy da Vera Cruz Bandeira Pires dos **Santos**

Raúl do Espírito Santo **Cardoso**